

SISTEMAS AVALIATIVOS A SERVIÇO DA PRIVATIZAÇÃO: A ATUAÇÃO DO CAED

Arécia Susã Morais, UFRN, areciam@gmail.com

Felipe Daniel Barros Diniz, UFRN, fdlipe@gmail.com

Luciane Terra dos Santos Garcia, UFRN, ltsarcia@gmail.com

INTRODUÇÃO

Organismos transnacionais de poder, como o Banco Mundial, têm atuado na perspectiva da consolidação de um mercado global da educação, difundindo o que Dale (2004) denominou de Agenda Globalmente Estruturada para a Educação. Essa agenda visa a reprodução e legitimação do sistema capitalista pela mercadorização da educação, que tem nas políticas de avaliação dos sistemas educacionais um de seus eixos. Essa agenda é assumida, de modo particular, em diversos países, integrando as políticas educacionais brasileiras, em meio a embates políticos, a partir da reforma neoliberal do Estado brasileiro, nos anos de 1990. Essa reforma reduziu o aparato estatal e os gastos sociais, reorganizando as políticas públicas e combinando variadas formas de privatização, como terceirizações, parcerias público-privadas na gestão de serviços e processos, bem como a promoção de uma cultura de concorrência e produtivismo.

Conforme Afonso (2009), o Estado vem promovendo práticas avaliativas como mecanismos de controle de despesas públicas e responsabilização profissional. Assim, na educação brasileira, tem-se difundido sistemas de avaliação em larga escala em todos os níveis da gestão pública, principalmente, a partir dos anos 2000. Esse movimento pode ser creditado, em grande medida, à reformulação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), em 2005, com a criação da Prova Brasil, que possibilitou a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em 2007. O Ideb intensificou o controle e a responsabilização dos sistemas educacionais pela melhoria de resultados, incentivando gestores estaduais a implementarem sistemas de avaliação próprios para, mais rapidamente, subsidiar decisões que incrementem os índices estaduais no ranking nacional (SOUSA; OLIVEIRA, 2010).

Esses sistemas de avaliação educacional nas redes públicas de ensino, em geral, estão sob a responsabilidade de parceiros da esfera pública ou privada, contratados pelas secretarias

de educação. Esses parceiros oferecem aos estados amplo conjunto de serviços conforme os investimentos públicos disponíveis. Assim, tem crescido a atuação do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), na oferta de sistemas estaduais de avaliação em todo país, em especial na região Nordeste. Nessa perspectiva, o presente trabalho consiste em uma pesquisa teórica que se utiliza de análise bibliográfica e documental, com objetivo de compreender alguns aspectos da atuação do CAEd na implementação de sistemas de avaliação educacional e na oferta de outros serviços e como estes colaboram para a privatização da educação pública na região.

DESENVOLVIMENTO

O CAEd constitui-se em um órgão especializado na concepção e coordenação das avaliações de sistemas, criado na década de 1990, por meio do Programa de Apoio à Avaliação Educacional (Pro-Av/Capes). O programa foi lançado pelo Inep, com o propósito de financiar

projetos de instituições de ensino e pesquisa com vistas a estruturar e a consolidar centros especializados na formação de recursos humanos para realizar avaliação educacional nos vários níveis e fomentar o desenvolvimento de estudos e pesquisas. (PESTANA, 2016, p. 78-79).

Assim, a ação estatal fomentou a formação dos profissionais responsáveis por implementar e investigar os processos avaliativos que se pretendia instaurar.

Atualmente, o CAEd é “pessoa jurídica de direito privado, na forma de fundação, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria” (CAED, 2017, p. 1), sediada na cidade de Juiz de Fora, MG. Seu estatuto social permite atuar em todo território nacional ou no exterior e, apesar de ser credenciada como fundação de apoio à Universidade Federal de Juiz de Fora desde 2018 (BRASIL, 2018), goza de autonomia administrativa e financeira com a missão de prestar “o apoio e a promoção da pesquisa científica e tecnológica no âmbito da gestão e avaliação educacional e o desenvolvimento profissional e institucional nas áreas de gestão, planejamento, políticas públicas e avaliação da educação” (CAED, 2017, p. 2).

A atuação do CAEd no desenvolvimento e monitoramento dos processos de avaliação externas das redes públicas de ensino tem se tornado hegemônica no país. Na região Nordeste, com exceção do governo estadual do Sergipe, os demais governos estabeleceram convênios para o desenvolvimento de avaliações externas. De modo geral, os oito estados com processo

de avaliação sob a responsabilidade do CAEd são similares: aplicam testes padronizados para os estudantes matriculados nos anos conclusivos das etapas do ensino fundamental e médio, com foco nas áreas de conhecimento em Língua Portuguesa e Matemática.

Nos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, os estudantes do ciclo de alfabetização também são avaliados. Com relação às áreas de conhecimento, a Bahia e o Ceará ampliaram as áreas avaliadas para o ensino médio, contando também com avaliações nas áreas de Ciências da Natureza e Humanas. Os convênios firmados pelo CAEd com estados e municípios brasileiros têm propiciado a criação de sistemas de avaliação com características similares entre si, que espelham o modelo do Saeb, ainda que preservadas algumas especificidades em cada estado (SCHNEIDER, 2017). Assim, o modelo avaliativo, em grande medida, é replicado difundindo práticas e valores condizentes com uma educação minimalista que, de diferentes formas, difundem valores como produtividade, meritocracia e individualismo condizentes com a lógica do mercado.

A fundação também promove outras atividades, como o desenvolvimento de estudos por meio da criação e apoio a grupos de pesquisa; promoção de ações, projetos e eventos de ensino, pesquisa e extensão; atuação na formação de profissionais da educação, com cursos e programa de pós-graduação próprio; cooperação com outras instituições de ensino e pesquisa; entre outras ações (CAED, 2017). Por meio dessas ações consolida-se cultura avaliativa e formação profissional a partir de uma lógica gerencial, visando incrementar a produtividade dos processos de ensino.

Com uma ampla cartela de serviços, o CAEd, entre 2016 e 2019, obteve receita na ordem de R\$ 423.706.086,89 por meio de contratos com as Secretarias de Educação de diversos estados e prefeituras, além de institutos e órgãos como o Inep e a Unesco (UFJF, 2017, 2018, 2019, 2020). Apesar de constituir-se em entidade sem fins lucrativos, capta recursos demonstrando como determinadas fundações e universidades públicas se submetem à **lógica** do capital, comprometendo-se em consolidar uma **lógica** economicista da educação, desenvolvendo pesquisas e serviços assentes com essa **lógica**.

CONSIDERAÇÕES

Como parte de um processo de mudança do papel do Estado, que passa a considerar a lógica do mercado na regulação dos serviços educacionais, o Estado financia ações e

desenvolve políticas que promovem a privatização do público. A privatização se constata não só na oferta dos serviços, via contratação de serviços, mas também no conteúdo das formações e nos valores que empresas como o CAEd difundem atuando no âmbito público.

A implementação de sistemas de avaliação educacional que seguem a lógica do mercado, fomentam uma concepção de qualidade educacional minimalista, mas que difundem valores que colaboram para a permanência do sistema capitalista. Nessa lógica, o CAEd atua como operadora de políticas de avaliação educacional, terceirizando serviços legitimados pela chancela de uma universidade renomada. Isso pode denotar certo economicismo acadêmico na atuação de determinadas universidades públicas, de modo que ciência e tecnologia se colocam a serviço da manutenção da hegemonia político-econômica. Responsável por quase todos os sistemas de avaliação estaduais da Região Nordeste, o CAEd tem prestado grande colaboração na difusão de valores e práticas que legitimam a privatização do público.

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. Estado, políticas educacionais e obsessão avaliativa. **Contrapontos**, v. 7, n. 1, p. 11-22, 2009.

CAEd. **Estatuto Social**. Fundação Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação. Juiz de Fora, 2017.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma " cultura educacional mundial comum" ou localizando uma " agenda globalmente estruturada para a educação"?. **Educação & sociedade**, v. 25, n. 87, p. 423-460, 2004.

PESTANA, Maria Inês. Trajetória do Saeb: criação, amadurecimento e desafios. **Em aberto**. Brasília, v. 29, n. 96, p. 71-84, maio/ago. 2016.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual. Tessituras intergovernamentais das políticas de *accountability* educacional. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 55, n. 43, p. 162-186, jan./mar. 2017.

SOUSA, Sandra Zákia; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, p. 793-822, 2010.

UFJF. **Processo de contas anual**: exercício de 2016. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, abr. 2017.

UFJF. **Processo de contas anual:** exercício de 2017. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, mar. 2018.

UFJF. **Processo de contas anual:** exercício de 2018. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, mar. 2019.

UFJF. **Processo de contas anual:** exercício de 2019. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, mar. 2020.